
ENTREVISTA CONCEDIDA A CARLOS BARROS GONÇALVES

Benedito Antônio Genofre Prezia

Benedito Antônio Genofre Prezia, nascido em Poços de Caldas (MG) em 1944, com formação em filosofia, fez mestrado em Linguística Geral (ênfase em Toponímia), na Universidade de São Paulo-USP (1997), cuja dissertação foi publicada pela Ed. Humanitas/USP com o título *Os indígenas do Planalto Paulista nas crônicas quinhentistas e seiscentistas* (2ª. ed. 2000). Doutorou-se em Ciências Sociais, pela Pontifícia Universidade de São Paulo-PUC/SP (2008), com a tese *Os Tupi de Piratininga: acolhida, resistência e colaboração*, que foi publicada com o título *Entre a cruz e a espada. Os Tupi de Piratininga no século XVI* pelas Novas Edições Acadêmicas (Saarbrücken, Alemanha, 2008). É autor de livros paradidáticos para jovens e crianças, entre os quais *Esta terra tinha dono* (FTD, 6ª ed. 1989), *Terra à vista, descobrimento ou invasão* (Moderna, 3ª ed e 7ª reimpr., 2012), *Virando gente grande. Rituais indígenas de passagem* (Moderna, 4ª. reimpr. 2010) e *História da resistência indígena. 500 anos de luta* (Expressão Popular, 2ª reimpr., 2017). Trabalhou de 1983 a 1991 no *Conselho Indigenista Missionário-Cimi*, em Brasília, atuando no setor de formação e publicações. Ministra *História da resistência indígena e história da missão* no curso de Formação Básica do Cimi. Atualmente coordena a *Pastoral Indigenista* da Arquidiocese de São Paulo e o *Programa Pindorama* para indígenas na PUC-SP. Desde 1984 colabora com o jornal indigenista *Porantim*, órgão de comunicação do Cimi.



Carlos Barros Gonçalves (CBG): *Prezado professor Benedito Prezia (BP), em primeiro lugar receba meus sinceros agradecimentos, em nome de toda a equipe Perspectiva Histórica, pelo cordial aceite em nos brindar com essa entrevista. Com certeza, suas palavras contribuirão enormemente para com a temática do presente dossiê. Começo, então, pelo seu mais recente livro, intitulado **História da resistência indígena – 500 anos de luta**, publicado pela Editora Expressão Popular. Conte-nos um pouco sobre o conteúdo dessa publicação.*

Benedito Prezia (BP): Esse livro começou a ser escrito em forma de episódios de luta indígena para o jornal *Porantim*, do Conselho Indigenista Missionário-Cimi, de Brasília, em 2005. Embora colaborasse há anos com o jornal, pensei em fazer algo diferente, escrevendo episódios das lutas indígenas. Inspirei-me em Eduardo Galeano, que no seu livro *Memórias de Fogo* conta, de forma sintética, simples e envolvente, a história da América Latina. Foi-me oferecida a última página do jornal, e por isso o texto deveria ser curto, direto e bem fundamentado. No Brasil conhece-se mais as histórias de massacres e o genocídio indígena

do que as lutas de resistência. Percebi que era uma história escondida, pois não interessa aos “donos do poder” revelar essa “memória perigosa”. Escrevi pensando nas lideranças indígenas, nos professores das escolas indígenas e também nos estudantes e no movimento popular. Um texto militante, que pudesse revelar outro passado. Depois de sete anos, percebi que já tinha conteúdo para um livro. Mas faltavam as lutas mais recentes e essa atualização durou mais dois anos. A grande dificuldade foi encontrar esses episódios. Buscava sempre um fato preciso, que tivesse explícito o nome do povo e, se possível, os nomes das lideranças ou do líder que protagonizou o episódio. E, sobretudo, que fosse uma fonte confiável. Foi um trabalho de garimpagem histórica. Embora não seja um historiador, pelo fato de ser um antropólogo e, sobretudo, militante indigenista, pude ter um olhar diferenciado. Um parágrafo perdido num texto podia oferecer uma pista para resgatar um episódio de luta. E assim surgiu a presente obra. Comecei pela fase amistosa, quando o relacionamento dos indígenas com os europeus foi amigável, pois não envolvia a conquista da terra. Em seguida, veio a ocupação do território, com

suas várias fases: o período litorâneo, o sertanejo nordestino, o ciclo bandeirista, a conquista da Amazônia, a ocupação do Centro-Oeste, o período pombalino, o Império, a fase inicial da República e as lutas atuais.

CBG - *O ano de 2018 marca os 70 anos de Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e os 30 anos da Constituição Federal brasileira atualmente em vigor (1988). Direitos Humanos e Democracia (ou vice e versa) são duas expressões aparentemente colocadas em xeque no conturbado momento político e jurídico que o país atravessa em especial a partir do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Não imunes a esse momento temeroso, os povos indígenas, por sua vez, também foram atingidos com pautas como a PEC 215, que tentou deslocar para o poder legislativo (dominado em grande medida pela chamada bancada ruralista) o poder de demarcação de terras indígenas. Além disso, nos últimos anos – mesmo antes do golpe jurídico-parlamentar de 2016 – houve casos de violentas repressões às manifestações/reivindicações dos povos indígenas. Por fim, cabe mencionar a tese político-jurídica que ficou conhecida como “marco temporal”, segundo a*

qual os povos indígenas só teriam direito às terras que estavam sob sua posse em 5 de outubro de 1988. Como o senhor enxerga os povos indígenas frente a esse momento político, econômico e jurídico apresentado?

BP - Estamos vivendo um grave momento de retrocesso político institucional, em que a sociedade brasileira assiste, perplexa, não só denúncias envolvendo políticos e instituições brasileiras, como também o desmonte de muitos programas sociais e conquistas, com graves consequências para o país, sobretudo para a população de baixa renda. A partir do *impeachment* da ex-presidente Dilma, que na realidade foi um golpe branco, as forças direitistas, cada vez mais articuladas no Congresso Nacional têm feito uma forte ofensiva contra os direitos dos povos indígenas, sobretudo em relação à terra, base vital para esses povos. As investidas ocorrem não só com projetos de Lei que vão contra os direitos dos povos nativos, como também com ações em regiões do país onde os ruralistas têm força, como no Mato Grosso do Sul, Sul da Bahia e Maranhão. Um grande desafio é articular as forças vivas de nossa sociedade contra esse poder político-agrário, para fazer frente a esse nefasto Projeto de

Emenda Constitucional, a PEC 215, que tira do executivo a competência da demarcação das terras indígenas, passando para o legislativo essa tarefa. Com este Congresso conservador, poucas terras indígenas serão demarcadas e muitas delas poderão ser revistas, sobretudo, se for aprovada a tese do “marco temporal”, como você sinalizou na sua pergunta, que coloca como parâmetro a presença de indígenas numa terra a partir de outubro de 1988, ano da promulgação da atual constituição. Como resposta a essa situação, os povos indígenas têm se manifestado, tanto em suas regiões, como em Brasília, onde tramitam esses projetos, tentando mostrar à sociedade o malefício que essa legislação lhes acarretará. Uma das atividades mais importantes é o *Acampamento Terra Livre*, que há mais de 10 anos tem ocorrido em Brasília, e por quatro dias os indígenas acampam na Esplanada dos Ministérios, com manifestações e tendas de debates, como forma de dar visibilidade a suas reivindicações e chamar atenção do país. Seria importante que essas reivindicações fossem levadas às universidades, pois muitos estudantes se mostram alheios a essa temática por falta de entendimento em relação a

mesma. Devido ao contexto atual, há um relativo desinteresse da juventude por temas políticos, sobretudo, quando envolvem os povos indígenas. Ainda se ouve que “o índio é preguiçoso” ou “para que o índio quer tanta terra?”.

CBG: *Obras como hidrelétricas, rodovias, represas, resorts, usinas de açúcar e álcool, madeireiras entre outros empreendimentos, avançaram com ferocidade contra os territórios indígenas em diversas regiões do país, com o aval/sustentação do poder político federal e local. Como o senhor entende essa relação predatória vendida/apresentada muitas vezes como sinônimo de “progresso” por diversos canais midiáticos?*

BP - Este ponto é de suma importância a ser discutido por nossa sociedade, pois envolve a questão do chamado “progresso”. Que desenvolvimento queremos para nosso país? Será que a ocupação predatória da Amazônia, com o desmatamento para pastagens, com posterior avanço da soja e da cana de açúcar é um caminho a ser adotado? O modelo desenvolvimentista da Amazônia, iniciado pela ditadura militar, mostrou-se nefasto. Segundo um

relatório da ONU sobre a biodiversidade no planeta, 65% das espécies vegetais da Amazônia estão sob ameaça, 21% estão muito ameaçadas, e muitas dessas plantas desaparecerão sem que sejam sequer conhecidas. Além do mais, 20% da Amazônia e 40% do cerrado tiveram sua extensão devastada, sendo que em algumas regiões a recuperação é quase impossível. Com esse cenário, as terras indígenas demarcadas, como o Parque do Xingu, a Terra Yanomami e a Terra Raposa-Serra do Sol têm se mostrado como barreiras para a preservação ambiental. Se olharmos na foto de satélite da região do Parque do Xingu, podemos observar que a terra indígena é uma ilha de vegetação, cercada de fazendas e áreas degradadas. Se houvesse mais terras indígenas o nordeste do Mato Grosso estaria mais preservado. Portanto, o chamado “progresso”, que inclui também as grandes hidrelétricas, está levando a morte à região. Não só os povos indígenas são afetados, mas também mudanças climáticas têm surgido em nosso país, provocadas pelas grandes concentrações de água de mega represas, como Tucuruí e Belo Monte, no Pará, Jirau e Santo Antônio, em Rondônia, e Itaipu, no Paraná. Não é por acaso que

aumentaram os furações e tornados no Sul. Chegou a hora de pensar em outras fontes de geração de energia, como a eólica e solar. Mas para isso é preciso se livrar do poderio das grandes construtoras, as grandes interessadas nessas obras.

CBG: *E por falar em “mídia”, atualmente a grande maioria da população brasileira conhece, de certa maneira, a força mobilizadora que as redes sociais possuem. Da chamada Primavera Árabe (2011) à carta assinada por indígenas Guarani Kaiowá de Mato Grosso do Sul (2012) anunciando a morte coletiva de uma comunidade formada por mais de 150 pessoas em protesto à possível perda de seu território e que gerou uma grande repercussão nacional e internacional com a campanha virtual Somos Todos Guarani Kaiowá, como o senhor compreende as possibilidades surgidas com as ferramentas virtuais, facilmente acessada pelos próprios grupos étnicos na luta por seus direitos no contexto da democracia (ainda que abalada)? E, se possível, comente sobre as diferenças desse tipo de ferramenta, de possibilidade, em relação às mídias tradicionais como o jornal impresso, como o foi o Porantim, jornal do*



Conselho Indigenista Missionário (CIMI) no qual você participou desde a sua criação.

BP - O jornal *Porantim* surgiu em 1979, sendo o tabloide mais antigo do Brasil. De fato, sua atuação é muito limitada, e seu papel no momento é, sobretudo, de registrar e documentar o que ocorre no Brasil em relação aos povos indígenas. Seu caráter conscientizador é muito pequeno, por ter um número bem reduzido de leitores. Por isso acredito no grande poder das mídias sociais, tanto para o bem como para o mal. Ultimamente tem-se falado muito das *fake News* e sua atuação nefasta. Se este instrumento dissemina falsidades, há seu lado conscientizador, atingindo especialmente os jovens. Lembro-me de uma manifestação em apoio aos Guarani de São Paulo, que terminou no monumento das Bandeiras, no Parque Ibirapuera, em São Paulo, cujo resultado foi a pichação daquela obra com tinta vermelho-sangue. Era um protesto contra os supostos “heróis paulistas”, que na realidade foram grandes traficantes de escravos. A desconstrução da figura do bandeirante, realizada por esses jovens, certamente não foi fruto das aulas de História do ensino fundamental, mas consequência

de um trabalho de conscientização realizada por essas redes sociais e pela imprensa alternativa das redes sociais. Temos que criar mais veículos que atuem dessa forma, como a *Mídia Ninja*, para contrabalançar com o poder dessa grande imprensa, que em nosso país forma o “quarto poder”. E o grande desafio é oferecer meios de conscientização, sobretudo, das camadas de baixa renda, para que possam filtrar o que ouvem pelo rádio e pela televisão.

CBG: *Nesse contexto, comente como foram (tem sido) seus anos de trabalho junto ao Cimi e, em especial, sobre a visão muita vezes reducionista para com as atividades da Igreja Católica – ou de igrejas protestantes históricas como a Luterana – em prol da luta em defesa dos povos indígenas.*

BP - Embora ministre um minicurso de *História da resistência indígena e História da missão* no curso de formação do Cimi há 28 anos, desde 1991 já não faço parte do quadro dessa entidade. Minha relação tem sido mais de apoio, sobretudo nos temas históricos. Em 1992, organizei o livro *Caminhando na luta e na esperança* (Ed. Loyola) que retrata os 60 anos da Pastoral Indigenista no Brasil e os 30 anos

de atuação do Cimi. Essa coletânea de documentos e textos missionários possibilitou-me entrar na história dessa instituição e mostrar sua importância na trajetória missionária da Igreja católica no Brasil. De fato, o surgimento do Cimi, em 1972, provocou uma revolução copernicana, a Igreja católica se empenhava em catequizar os indígenas, o que levou a uma destruição cultural de muitos desses povos. Foi o chamado *etnocídio*. Essa nova visão, a partir das orientações do Concílio Ecumênico Vaticano II, levou muitos missionários a mudar de prática missionária, entrando na linha da enculturação, isto é, passando a viver concretamente as culturas indígenas, abandonando as grandes missões e assumindo a luta desses povos. Terra, autonomia e conscientização foram as bandeiras do Cimi já no seu nascimento. Isso levou também a conflitos com missionários de formação mais antiga, que ainda insistiam na catequese e na imposição da cultura ocidental. Nessa nova linha situa-se o surgimento do jornal *Porantim*, que passou a ser um instrumento de informação e formação para lideranças indígenas e missionários. Esse mesmo percurso, mas por outros

caminhos, foi feito por algumas Igrejas evangélicas históricas, como a Luterana e a Metodista. Assim essas igrejas não podem mais serem acusadas de praticar genocídio e etnocídio, como ocorreu no passado. Pelo contrário: vários de seus missionários foram vítimas também da violência do poder dominante, entregando suas vidas. Seu sangue foi também misturado ao sangue de milhares de indígenas, mortos ao longo desses cinco séculos de conquista.

CBG: *E, ainda nesse contexto, fale sobre o Projeto Pindorama da PUC/SP.*

BP - Hoje já não é mais um simples projeto, mas um *Programa*, devido aos 16 anos de existência. Surgiu em 2002 para atender a uma demanda de 33 jovens indígenas que se preparavam no Cursinho da Poli, em São Paulo. Diante da inviabilidade de passarem no vestibular da Fuvest, da USP, fui procurado pelo Xavante Hiparindi Top'Tiro, que buscava uma alternativa para o ingresso no curso superior. Buscamos alguns professores da Pontifícia Universidade Católica-PUC-SP e assim foi delineado um projeto para apoiar esses indígenas com bolsa integral, a partir de uma

classificação socioeconômica. No primeiro vestibular entraram 26 jovens das etnias Xavante, Guarani Mbyá e Pankararu, sendo que 23 deles era dessa última etnia. No ano seguinte a universidade limitou o ingresso a 12 bolsas, e os candidatos deveriam passar na primeira e segunda chamada. A coordenação avaliou também que não era possível acompanhar um grupo muito grande. Ao longo desses 16 anos passaram pelo Programa 189 alunos, dos quais 83 concluíram o curso, numa taxa de conclusão de 54%. Essa porcentagem é bem mais baixa do que a média nacional, que é em torno de 75%. Isso é devido à origem social desses jovens, pois todos são de baixa renda, oriundos da escola pública e muitos com o ensino fundamental deficiente. A maior parte tem escolhido cursos na área de humanas, como Serviço Social e Administração, ou na área de biomédicas, como Fisioterapia e Fonoaudiologia. Mas alguns conseguiram se formar em áreas mais exigentes, como três Pankararu que concluíram medicina após terem feito uma primeira faculdade (dois em Cuba e um na Universidade Federal de São Carlos); uma Pankararu formou-se em Direito e um Terena, em Engenharia Elétrica. No momento, um Potiguar faz

doutorado em *Tecnologias da Inteligência e Design Digital* também na PUC-SP. Como contrapartida da bolsa, esses jovens devem ter bom desempenho acadêmico e frequentar uma reunião mensal, onde se debatem temas ligados à identidade indígena e à política indigenista nacional e local. Como a grande maioria faz parte de etnias oriundas do Nordeste, com longo contato com nossa sociedade e com um histórico de miscigenação bastante grande, com histórias de exclusão e vivência longa em contexto urbano, a passagem pelo *Programa* tem sido um momento importante para se redescobrirem e se valorizarem como indígenas. Uma pequena parte volta para a aldeia, pois muitos deles já nasceram em São Paulo e também porque na aldeia de origem o emprego é limitado. Mas vários deles se tornaram lideranças em São Paulo e buscam se envolver com a questão indígena.

CBG: *Para encerrar, o senhor gostaria de escrever, comentar algo que não mencionei ou perguntei?*

BP - Quero deixar apenas um recado. Agradeço a oportunidade para trazer esse tema na **Perspectiva Histórica** e espero

que os leitores busquem conhecer mais as culturas indígenas e, sobretudo, a história da resistências indígenas, tão escondida e tão desconhecida da maioria dos brasileiros.

Perspectiva
Histórica

R
E
S
E
Z
H
A

R
E
S
E
Z
H
A

R
E
S
E
Z
H
A

